

O Internato de Santo António de Portalegre: Uma perspetiva histórica (décadas de 30 a 80 do século XX)¹

**The Internship St. Anthony of Portalegre: A historical perspective (30 to 80
decades of the twentieth century)**

José Alberto Gomes

Paula Cristina Patacas

Helder Henriques

Resumo

O propósito deste trabalho consiste na apresentação de um retrato histórico sobre uma das mais relevantes instituições de proteção de crianças e jovens do norte alentejano, entre as décadas de 30 e 80 da centúria de novecentos. Partimos para esta análise ancorados num conjunto de autores que permitem problematizar este olhar histórico de uma forma global e plural (Goffman, 1974; Foucault, 1980; Amâncio, 1994; Ariés, 1973). Recorremos a um conjunto de fontes documentais que podem ser divididas em três partes: em primeiro lugar, documentação de arquivo (correspondência); em segundo lugar, a imprensa regional e local e, em terceiro lugar, a iconografia. Este trabalho caracteriza-se por utilizar uma abordagem sociohistórica, do ponto de vista metodológico. Em suma, a comunicação abordará principalmente os ritmos formativos e sociais, em cruzamento com a realidade local, que o Internato de Santo António foi promovendo ao longo de várias décadas de existência na cidade de Portalegre.

Palavras-chave: instituição; infância e juventude; formação; sociedade

Abstract

The purpose of this paper is to present a historical picture about one of the most relevant institutions for the protection of children and young people of the north Alentejo, between 30 and 80 decades of twentieth century. We start this analysis anchored in a set of enabling authors to investigate this historical portrait (Goffman, 1974; Foucault, 1980, Amancio, 1994; Ariès, 1973). We use a set of documentary sources that can be divided into three parts: first, documentation file (correspondence), and secondly, the local and regional press and, thirdly, the iconography. This work characterizes itself by using a sociohistorical approach. In short, the communication will focus training and social rhythms, crossed with the local reality, the Internship St. Anthony has been promoting over several decades of existence in the city of Portalegre.

Keywords: institution; childhood and youth; formation; society

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho consiste na apresentação de um retrato histórico sobre uma das mais relevantes instituições de proteção de crianças e jovens do norte alentejano, entre as décadas de 30 e 80 da centúria de novecentos. Partimos para esta análise ancorados num conjunto de autores que permitem problematizar este retrato histórico de

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

uma forma global e plural (Goffman, 1974; Foucault, 1980; Amâncio, 1994; Ariés, 1973).

Recorremos a um conjunto de fontes documentais que podem ser divididas em três núcleos: em primeiro lugar, documentação de arquivo (correspondência); em segundo lugar, a imprensa regional e local e, em terceiro lugar, a iconografia. Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se por utilizar uma abordagem sociohistórica. Revestindo-se este ponto de um papel importante uma vez que foi o método utilizado na análise interpretativa do material recolhido na instituição, fotografias de vários eventos e atividades. Também a revisão de literatura permitiu-nos salientar que a imprensa, a partir da década de 80 do século XX, tem vindo a assumir uma nova importância no desenvolvimento do conhecimento histórico. Tal como podemos constatar “ *a imprensa constitui uma fonte imprescindível para o estudo da História Moderna e Contemporânea*” (Lopes, 2004:87).

Ainda, de acordo com este autor, fatores como a interpretação de episódios enquanto recursos fundamentais para a investigação histórica e a conceção do carácter periódico da História justificam a crescente importância adquirida pela imprensa escrita pelos investigadores. Constatamos que a imprensa escrita poderá ser interpretada:

“como factor metodológico de maior interesse para uma maior aproximação do passado que deve compreender desde a evolução do mundo das ideias aos grandes movimentos políticos e sociais, até à recuperação de realidades e concepções geralmente ignoradas pela história convencional numa espécie de arqueologia da vida quotidiana que só é possível por intermédio da imprensa”. (Garcia e Aragonês, 1993:528, citado por Lopes, 2004:87).

Surgem-nos assim algumas interrogações que constituem linhas orientadoras deste trabalho: Que aproximações e distanciamentos podemos estabelecer entre o Internato de Santo António de Portalegre e uma “instituição total”? De que forma esta tipologia institucional educa (ou) / integra (ou) os seus “jovens”? Que importância e que função desempenha (ou) o Internato de Santo António na comunidade local? Com base na abordagem de diversos conceitos gerais e específicos (Institucionalização, Infância e Juventude, Formação e Sociedade) propomos - nos então responder a estas questões, problematizando a evolução do conceito de infância, a contextualização histórica da instituição e/ou de internato/instituição, o papel e funções atribuídas às instituições com

o objetivo de mostrar a importância desta instituição ao longo dos tempos, no Alto Alentejo e no país.

Em suma, a comunicação abordará principalmente os ritmos formativos e sociais, em cruzamento com a realidade local, que o Internato de Santo António de Portalegre foi promovendo ao longo de várias décadas de existência na cidade de Portalegre.

1. HISTÓRIA E INFÂNCIA: CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA

Torna-se revestido de especial importância, para a interpretação e compreensão conceptual deste trabalho, o estudo e abordagem aos conceitos de criança e infância, salientando que ao longo da História a atitude dos adultos face à criança foi alvo de grandes mudanças, que perduram até hoje, e que estão, certamente, relacionadas com as diferentes épocas em que se vive (Ariés, 1973;1997). Importa retratar a importância das construções históricas na interpretação das crianças e jovens. É necessário recuar à Antiguidade, para mais facilmente perceber que as crianças eram geralmente vistas como seres indefesos e incapazes de dirigir os seus próprios afetos.

A autora Magalhães (2002) salienta a este propósito que:

“(…) o infanticídio era uma prática habitual, por razões que se prendiam com crenças religiosas, onde era implicado o sacrifício de crianças, servindo também para eliminar filhos ilegítimos, recém-nascidos prematuros ou com malformações, ou ainda como um modo de controlo da natalidade, “(…) na Roma Antiga as crianças não desejadas podiam ser mortas à nascença (...)” (Alberto, 2004: 27)”.

Na antiguidade clássica é possível encontrar referências às crianças que traduzem uma enorme complexidade. Se por um lado, eram vistas como tendo uma natureza pouco estruturada, moldáveis, ensináveis, ignorantes, desconhecedoras, sem capacidade para pensar e corruptíveis, por outro lado, também eram consideradas brincalhonas, divertidas, ternas, encantadoras, adoráveis, inocentes e curiosas (Borstelmann, 1983).

Davam-lhes especial atenção, por exemplo, em cerimónias e rituais que acompanhavam o nascimento, tendo inclusive criado uma deusa de nome Rumília (para a criação das crianças até ao estado adulto). Igualmente na Grécia Antiga, as crianças, eram vistas como objetos de afeto, membros importantes da família e como símbolos da sua futura sociedade. Os gregos atribuíam grande importância ao treino precoce, para moldar e

formar a criança, para que esta adquirisse interesses culturais, tendo em consideração as diferenças sociais e de idade de cada criança. Sublinhe-se aqui a ênfase que os gregos davam à educação.

Já na Época Medieval, não existia a consciência de infância (aquilo que distingue as crianças dos adultos). Logo que a criança pudesse viver sem a constante solicitação da sua mãe, ama ou “*embaladora de berço*”, passava a pertencer à sociedade dos adultos (Borstelmann, 1983). O adulto via na criança um pequeno homem ou, melhor, um homem ainda pequeno que, rapidamente deveria vir a ser um homem completo. O único local onde era possível à criança manter a sua “*fragilidade*” era nos mosteiros, aos quais eram confiadas de modo a serem educadas, com alguma atenção e preocupação (Ariés, 1997).

O Renascimento, trouxe grandes e significativas alterações na relação dos adultos com as crianças. Os bebés eram deslocados, após o nascimento, para amas de leite, regressando após o desmame, para que, mais tarde (*por volta dos 7 anos*), fossem enviadas para salas de aula (Sá, 1998). No decurso do Renascimento, a criança passa a apresentar um vestuário próprio para a sua idade, o que durante muito tempo não aconteceu, tendo apenas uma tira de pano e faixas que eram enroladas à volta do seu corpo, imobilizando-a completamente. Aquando da libertação das faixas, era vestida como um adulto.

Nas classes pobres vestia roupas usadas, trapos, por sua vez nas classes abastadas usava roupas de adulto, feitas à sua medida. Em ambas as classes “mimavam-se” as crianças, e brincava-se com elas, implicando um sentimento de ternura, por parte de quem o fazia (Ariés, 1997). Consideramos à luz da literatura dos tempos, que no século XVIII, a ternura parece, de fato, ter chegado para ficar. No entanto, as crianças enquanto alunos, não tinham tempo para si e as suas brincadeiras, eram apenas um pretexto para lições de gramática ou de moral. É neste século, que se cria a “*Roda*”, existente em igrejas, misericórdias e outras instituições, onde as crianças abandonadas eram expostas, sendo que muitas delas acabavam por morrer (Canha, 2000).

Segundo Salgueiro (1991):

“As Rodas consistiam em uma abertura na parede da casa ou do hospital, e dentro uma roda que girava de forma que a criança passava da rua para

dentro do edifício sem que se visse quem ali a depositara. Uma campainha tangida pelo portador do enjeitado despertava a rodeira; a roda girava sobre si, e a criança entrava naquele antro onde a aglomeração espantosa de pequeninos seres, a falta de amas, e de cuidados de higiene, produziam uma mortalidade aterradora” (p: 32-33).

É através de um processo evolutivo e dinâmico pela sua não passividade e estaticidade, que no século XIX surge o interesse pela proteção infantil e da infância, consequência da Revolução Industrial, pese embora tenha sido ela a responsável pela exploração do trabalho na criança (Magalhães, 2002). Durante um longo tempo, os estudiosos não obtiveram sucesso perante os pais e os educadores, estando estes convencidos das virtudes do exercício e do esforço. É assim que se vê a criança sair do anonimato e da indiferença dos tempos passados para se tornar na criatura mais preciosa e mais rica de promessas de futuro (Ariés, 1997).

O século XX, reveste-se de importância extrema pois assistiu-se a uma viragem de paradigma relativamente à criança. No início deste século, verifica-se um “*baby-boom*”, coincidente com os dois pós guerras, introduzindo-se grandes transformações nas famílias. No entanto, na segunda metade deste século, a natalidade começa a decrescer. Só em meados do século XX é que se começa a perceber a criança como “(...) *um ser social, integrante e parte preciosa da sociedade*” (Canha, 2000 : 22). Foi pois neste século que as crianças viram os seus direitos assinalados, com a aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de Novembro de 1959 da “Declaração dos Direitos da Criança”, e em 1989 da “*Convenção dos Direitos da Criança*”, ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1992.

Nos nossos dias, apesar de tudo, existe cada vez mais, uma maior consciência do valor e importância das nossas crianças e da natalidade. De facto esta é uma época onde se verifica grande interesse, curiosidade e importância pelas crianças e jovens, sendo possível identificar preocupações a nível psicológico e emocional, procurando-se acompanhar crianças vítimas de discriminações, de maus tratos, sobredotadas, com necessidades educativas especiais, portadoras de deficiência e institucionalizadas. Torna-se pertinente e de extrema importância problematizar o retrato histórico de uma forma global e plural. A conceptualização do internato encontra-se ancorada num conjunto de autores, de entre os quais destacamos a abordagem de Erving Goffman (1974). Este considera o internato “um local de residência e trabalho onde um grande

número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada” (1974:11).

Verificámos que a palavra “internato” sempre carregou uma conotação negativa vinculada ao símbolo de punição e castigo. Percorreremos, para um melhor entendimento, Áries (2006), que revela características do internato nos séculos XV a XVIII. Segundo o autor os alunos “jovens ou velhos” eram abandonados a si mesmos. Alguns, muito raro, viviam com os pais. Outros viviam em regime de pensão, quer na casa do próprio mestre, quer na casa de um padre ou cónego, segundo as condições fixadas por um contrato semelhante ao contrato de aprendizagem. Estes últimos eram os mais vigiados, ou ao menos os mais seguidos. Pertenciam a uma casa, à família do clérigo ao qual haviam sido confiados e nesse caso havia uma espécie de compromisso entre a educação pela aprendizagem e a educação escolar de tipo moderno. Essa era a única forma de internato conhecida. (Ariés, 2006:109)

Consideramos assim, que o internato assume um papel de enclausuramento e controle total, sendo visto no século XIX como um lugar ideal que oferece disciplina e educação.

“Os mestres tenderam a submeter o aluno a um controle cada vez mais restrito, no qual as famílias, a partir do fim do século XVII, cada vez mais passaram a ver as melhores condições de uma educação séria. Chegou-se a aumentar os efectivos outrora excepcionais dos internos, e a instituição ideal do século XIX seria o internato.” (Ariés, 2006:127)

Na sua obra, o autor afirma que “a escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato.” (Ariés, 2006:195). Com o intuito de se esgotar o entendimento sobre internato, torna-se pertinente e necessário compreender o conceito de instituição total, segundo a óptica de Goffman (1987). Do mesmo modo e segundo o autor, “a instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal (...); são estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”. (Ibid.:22)

Já o contemporâneo Benelli (2002) relata-nos num dos seus artigos o modo de funcionamento das instituições totais, retratando os seus efeitos na produção da subjectividade dos inseridos nesse contexto. Para ele, essas instituições “(...) continuam

sendo utilizados como agências produtoras de subjectividade, modelando-a de acordo com o contexto institucional ao promover relações peculiares entre dirigentes e internados no conjunto de práticas institucionais. (Ibid:19)

Tendo em conta o conceito de Instituição “*Total*” (Goffman, 1961), em cruzamento com os dados recolhidos do Regulamento Interno de Funcionamento do Internato de Santo António (IDSA), concluímos que estamos na presença de uma instituição total. Goffman (1961) define instituição como um estabelecimento de cariz social, que obedece a diversificados formatos de instalações e onde ocorre atividade humana e interação social. Ainda, de acordo com o autor, existe uma tendência na instituição total para o seu encerramento ao mundo exterior, simbolizado por diversas infra estruturas como portas fechadas ou paredes altas. As instituições totais podem ser organizadas em várias categorias distintas. Por exemplo, Goffman (1961) agrupa as instituições cujo objetivo é cuidar dos indivíduos considerados incapacitados e inofensivos, como, por exemplo invisuais, idosos ou crianças sem família.

Atendendo à população residente no Internato de Santo António, assim como aos fins a que a sua atividade se propõe, concluímos que esta instituição se insere na categoria acima descrita. Tal como podemos interpretar, à luz da leitura do Regulamento Interno do IDSA, este tipo de instituição tem por fins o proporcionar às crianças e jovens acolhidos, a satisfação de todas as necessidades básicas, no sentido das condições de vida tão próximas quanto possível às de uma estrutura familiar, promovendo a sua re “integração” na família e na comunidade, não descurando a promoção e valorização pessoal, social e profissional de todos os jovens acolhidos na instituição, respeitando a individualidade e privacidade das crianças e jovens e acompanhar e estimular o seu normal desenvolvimento psicossocial, assim como promover a aquisição de normas e valores. (Regulamento Interno do Internato de Santo António)

Concluímos assim, que “o IDSA desenvolve resposta social Lar de Infância e Juventude, compreendendo a prestação dos seguintes serviços: educativo – pedagógicos, alojamento, refeição, higiene e segurança.” (*Regulamento Interno do Internato de Santo António*)

A instituição total surge, deste modo, como um local que quebra o pressuposto de que o indivíduo desenvolve diversas atividades do seu quotidiano em locais diferentes. No seio da instituição total todas as atividades quotidianas são desenvolvidas no mesmo local e sob a mesma autoridade. No interior destas instituições o indivíduo desenvolve as múltiplas atividades que fazem parte do seu quotidiano, em grupo, onde todos são sujeitos a um tratamento igualitário. O desenvolvimento dessas atividades obedece a um plano, previamente, estabelecido. Existe, também, um rígido estabelecimento de horários, por parte de quem exerce autoridade.

É de destacar um outro aspeto que nos leva a identificar o I.D.S.A enquanto instituição total, tal como nos é descrita por Goffman, reside no facto de, segundo este, todas as atividades obrigatórias a desenvolver pelos residentes serem compiladas num plano geral, que vai ao encontro dos objetivos oficiais da instituição. Analisando o funcionamento do IDSA, em particular, concluímos que o Plano Geral de Atividades, elaborado pelo seu Diretor Técnico, em colaboração com a Equipa Técnica da Instituição incorpora alguns destes princípios.

Ainda tendo como referência Goffman, o interior da instituição total pode ser interpretado como um espaço onde se exerce a vigilância. Existe um grande grupo, o de residentes, que é vigiado e controlado por um grupo mais restrito. A missão essencial do grupo mais restrito é garantir que todos os elementos residentes cumprem as tarefas, previamente, estabelecidas.

Abordaremos algumas considerações conceptuais, referindo-nos à evolução histórica das instituições de Infância e Juventude. As instituições existem em todas as sociedades minimamente organizadas. Esta é uma característica “universalizante” que nos permite, desde já, evidenciar que se trata de uma componente essencial ao funcionamento de uma sociedade.

Para percebermos melhor qual o papel da instituição numa sociedade e, mais concretamente, qual o papel dos Lares de Infância e Juventude enquanto instituições sociais, importa interpretar um pouco da história e conhecer as definições que alguns teóricos na área da Ciências Sociais atribuíram aos conceitos de instituição e institucionalização. De acordo com Talcott Parsons, “(...) uma instituição consiste num

conjunto complexo de valores, de normas e de usos partilhados por um certo número de indivíduos” (1951, cit. por Boudon, et al., 1990: 134). É este conjunto complexo de elementos associados que compõem os “universos totais, totalizadores e totalizantes”.

2.O ASILO – ESCOLA DE SANTO ANTÓNIO: BREVE PERCURSO DE UMA INSTITUIÇÃO

Ao analisar a documentação recolhida, principalmente a partir de fontes documentais e de fontes arquivísticas, percebemos que durante o século XIX e meados do século XX, registou-se uma preocupação pelo Estado e dos seus organismos e também de instituições particulares para com a “(...) educação, existência e da infância com problemas de comportamento anti-social, definitivo, e de abandono e semi - abandono(...)” (Martins, sd: 90). A ação social e educativa do Estado, através dos seus serviços tutelares e assistenciais foi mais expressiva durante a Monarquia Constitucional e 1ª República que no período correspondente ao Estado Novo. Segundo este autor, a ação do Estado face a situações de carência de índole social, económica e educativa obedecia a uma regra de resolução, em detrimento de uma política de prevenção de problemáticas como a pobreza infantil, o analfabetismo, marginalização, delinquência e o trabalho infantil.

Percebemos que em meados do séc. XX existiam diversas categorias de estabelecimentos, de cariz público e particular, de acolhimento de menores, das quais destacamos as “Instituições de assistência social e educativa” (Martins, sd: 86). Estas instituições têm como objetivo assistir os menores nos parâmetros da “assistência social, médica, higiénico-sanitária, higiene mental infantil, educação e à formação de crianças órfãs, mendigas, indigentes, pobres, abandonadas e em perigo moral” (Martins, sd: 86).

De acordo com o autor, asilos, recolhimentos particulares, estabelecimentos ligados à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, as Casas Pias de Lisboa, Porto e Beja, instituições na dependência dos municípios ou Juntas Distritais são exemplos que devem ser estudados. Havia já registo da preocupação do Estado, em assentar as suas principais linhas de atuação, essencialmente, de acordo com três valores já provenientes da Monarquia e da 1ª República, a saber: prevenção, proteção e assistência à infância. O

funcionamento destas instituições rege-se, em regra, pelo regime de internato ou semi internato. Destaca-se a promoção de atividades de reformadores e educadores sociais, pertencentes, ou não, a ordens religiosas, dedicados ao trabalho de educação, proteção e assistência da infância e juventude mais desprotegida.

Transportando esta situação para a realidade local, na década de 30 do século XX, constatámos que se fazia sentir, já à época, a necessidade de uma instituição, em Portalegre, por existir um grande número de crianças em situação de perigo moral. Nesta sequência, de acordo com a informação retirada de fontes documentais nomeadamente notas de imprensa de Junho do ano 1935, foi proposta à Junta Geral do Distrito de Portalegre, por Manuel Fernandes de Carvalho, a criação de um Asilo para o acolhimento de crianças do sexo masculino.

Este asilo - escola foi fundado pelo Dr. Manuel Fernandes de Carvalho na altura presidente da Junta Geral do Distrito de Portalegre e, numa das reuniões realizadas mensalmente neste organismo propôs a criação de um asilo para rapazes uma vez que na cidade já havia um asilo para raparigas e pela existência de um elevado número de crianças em perigo moral em Portalegre. Nesta época, o Dr. Manuel Fernandes de Carvalho desempenhava diversos cargos de relevo na cidade, nomeadamente, era diretor do asilo dos rapazes, Co - director do jornal "*O Alto Alentejo*", professor do 7º grupo no Liceu Mouzinho da Silveira, desde 1929 (Henriques, 2008).

Era considerado um homem ativo e competente. Enquanto esteve na presidência da Câmara, criou o arquivo distrital, inaugurou o mercado municipal (1952), o palácio da justiça (1955), o seminário maior (1957), cineteatro Crisfal (1957) e o monumento aos Bombeiros (erigido em 1955). Iniciaram-se as construções da futura escola secundária de S. Lourenço e do Colégio de Santo António. Faleceu no ano de 1957.

Da aceitação da proposta, foram tomadas todas as diligências para o arrendamento do imóvel, a Quinta de Santo António, assim como para a sua preparação. A Instituição é inaugurada a 17 de Novembro de 1935, com a capacidade de acolher 50 crianças. Na cerimónia de inauguração marcaram presença diversos representantes da autoridade e de alguns benfeitores.

A interpretação das fontes documentais, permite-nos concluir que em 1937 regista-se a extinção das Juntas Gerais e a criação das Juntas de Província. Assim, este novo organismo, a Junta da Província do Alto Alentejo, sediada em Évora, passa a deter a tutela dos, então denominados Asilos (Feminino e Masculino) da cidade de Portalegre. Ao ano de 1943, procedeu-se à compra do imóvel na Rua de São Lourencinho, onde ainda hoje funciona. A inauguração das novas instalações ocorreu no mês de Junho desse ano. Em 1960, é denominado de Asilo-Escola de Santo António.

Das fontes documentais, concluímos que a escola-asilo de Santo António em Portalegre, funcionou inicialmente nas instalações do edifício da Quinta de Santo António, desde 17 de Novembro de 1935 até meados de 1943, com o nome de “Asilo de Infância Desvalida”, localizada no cimo da Avenida de Santo António. Com uma vista privilegiada para a cidade de Portalegre, iniciou com 36 crianças, sem ter pessoal devidamente qualificado, que pudesse dar às crianças internadas, a educação, a instrução e a disciplina de que necessitavam, (Luísa, 1981: 52). Dado que o edifício tinha condições para poder acomodar mais algumas crianças, chegou a ter 50 crianças a morar na quinta.

Outro homem com uma ação relevante no Asilo de Santo António foi o Dr. António Rodrigues Soares (1886-1952). Foi Conservador do Registo Civil de Portalegre, fez parte da extinta Junta Provincial do Alto Alentejo, diretor do Hospital e dos asilos masculino e feminino de Portalegre e ainda substituiu o juiz de direito dando uma generosa assistência diretiva a outras instituições em Portalegre. Foi nos internatos que ocupou a maior parte do seu tempo. Sempre preocupado com o futuro dos jovens, rapazes e raparigas, internados, tentou dar-lhes a melhor orientação escolar e profissional.

O edifício onde hoje ainda se encontra a funcionar, na Rua de São Lourencinho, foi por iniciativa do Dr. António Rodrigues Soares, adquirido pela então Junta da Província e sujeito a alguns melhoramentos, tais como balneários, refeitórios, oficinas, tornando este estabelecimento num estabelecimento-modelo, com a introdução de oficinas de mercenária, sapataria e alfaiataria. Através da sua dedicação e empenho, transformou rapazes que na altura eram considerados como elementos perdidos na sociedade, e

cidadãos úteis. Estes elementos perdidos para a sociedade eram rapazes cuja família não tinha capacidade para lhes dar educação, ou até mesmo rapazes sem família.

O discurso, enquanto fonte documental, de um antigo aluno, o Prof. Manuel Francisco Pinto, proferido na cerimónia de Comemoração do 25º aniversário da Instituição, está presente a linha de orientação da instituição. Em que por um lado, pretendia-se satisfazer as necessidades básicas das crianças, nomeadamente da alimentação e do vestuário, e por outro existia uma grande preocupação com a sua educação “a suprema finalidade dum casa como esta, é procurar completar, ou suprir, por completo, a insuficiência educacional da família”.

Deste asilo saíram jovens que se vieram a tornar, por exemplo, agentes técnicos de engenharia, professores da escola de magistério, professores do ensino primário, funcionários públicos, administrativos, polícias, guardas-fiscais, marinheiros, carteiros, G.N.R., cozinheiros, motoristas, entre outros. Alguns dos alunos que estiveram internados no asilo, consideram o Dr. António Rodrigues Soares como “grande triunfador, magnífico educador, amigo, pai.”, “Grande educador, chefe de família, amigo dos humildes, português, católico”.

Atualmente, e à luz do seu regulamento Interno do Internato de Santo António, “ (...) é um estabelecimento integrado do Instituto de Segurança Social, IP., na dependência do Centro Distrital de Portalegre (...)”. Encontram-se acolhidas 30 crianças e jovens do sexo masculino, com idades correspondentes entre os 8 e os 20 anos. Ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, nº 147/99, de 1 de Setembro, assim como do já citado Regulamento Interno de Funcionamento, torna-se possível contextualizar a atividade e a dinâmica desta instituição.

As medidas de promoção e de proteção das crianças e dos jovens em perigo, adiante designadas, têm como objetivo:

“afastar o perigo em que estes se encontram”; “proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação bem estar e desenvolvimento integral”; “garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.” (Regulamento Interno IDSA)

No âmbito da intervenção, como princípios orientadores da ação desenvolvida pelo IDSA destacamos os seguintes:

“Interesse superior da criança e do jovem – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”; “Privacidade – a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada”; “Proporcionalidade e actualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade”;” Obrigatoriedade da informação – a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa; (...)”.

3.0 QUOTIDIANO INSTITUCIONAL E SOCIAL: O CORPO E A ALMA

Pensar o homem de forma ambígua, considerando-o um ser formado de carne (corpo) e alma (mente), é quase uma constante na nossa cultura, ora privilegiando a alma, ora o corpo. Estas posições, pensadas na filosofia e na história, alcançaram o campo da cultura, sendo propagadas intensamente no Ocidente. Qual a influência dessa dicotomia no papel do professor de Educação Física como educador? De que modo se relacionava o Asilo de Santo António com a comunidade local? Que atividades desenvolvia?



Fig. 1 – Participação da Equipa de Ginástica do Asilo de Santo António nas Festas da Mocidade Portuguesa, 1962

Estas premissas históricas são relevantes para conhecer as representações do corpo nas nossas sociedades e ponto de partida para as interpretações do pensamento na área de Educação Física, com uma tradição muito forte no campo da saúde, o que acarretou um deslocamento da área em relação às discussões pedagógicas sobre a profissão, sobretudo em relação ao seu papel na formação de educadores. A este propósito Descartes defendia:

(...) tenho uma ideia distinta do corpo, na medida em que apenas uma coisa extensa e que não pensa, é certo que este eu, isto é minha alma, pela qual eu sou o que sou, é inteira e verdadeiramente distinta do meu corpo e que ela pode ser ou existir sem ele. (Descartes, 1999:17).

Considerava-se uma representação de corpo mecanizado na cultura, disseminada nos hábitos corporais, nos valores morais e na economia, como podemos exemplificar abaixo. As pesquisas na área da saúde pública também contribuíam para essa representação. Segundo Georges Vigarello, essas pesquisas modificaram as orientações médicas, vencendo obstáculos religiosos em relação ao banho, que difundiram a cultura de uma higiene sem água e nudez.

A ciência do século XVIII e XIX, com grande prestígio na época do cientificismo, descobre, pelas pesquisas de Pasteur, os invisíveis micróbios. Portanto nem tudo que tinha uma aparência limpa era asseado. Era preciso lavar as partes íntimas, como as engrenagens de uma máquina: “*Sendo o corpo humano uma máquina das mais delicadas, é necessário velar pela sua limpeza e pela expulsão regular dos seus dejectos.*” (Vigarello,1985:165). Esta nova representação do corpo – máquina, tem uma importante influência sobre a moral dos indivíduos, estabelecendo uma relação muito íntima. A princípio esta ideia de corpo provocou a oposição dos sectores religiosos ligados à tradição cristã, que não aprovavam uma relação tão íntima com o corpo, julgando esses hábitos imorais. Então os médicos utilizaram a mesma estratégia, defendendo a tese de que o banho e a higiene constituem uma educação moral: “ (...) a impiedade não se traduz por um corpo nu abandonado à água, mas, pelo contrário, em não cuidar do corpo.” (Vigarello, 1985:139).

O cuidar do corpo articula-se com a moral. Michel Foucault explora esses factos para defender a tese de que uma educação do corpo seria mais do que tudo educação moral. A política médica que se delineia no século XVIII em todos os países da Europa, tem como reflexo a organização da família “(...) como instância primeira e imediata da medicalização dos indivíduos. (...). Desde o fim do século XVIII, o corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado (...) constituem algumas das leis morais essenciais da família”. (Foucault, 1980: 199).



Fig. 2 – Balneários do Asilo em 1951



Fig. 3 – Cadeira de Barbeiro do Asilo em 1951

“(…) desde a infância o treinamento esfinteriano no seio familiar, passando pela escola, até o exército e o recinto da fábrica, o estado trabalhava para produzir súbditos dóceis (...) através da disciplina sistemática dos corpos das pessoas.” (Foucault, 1980: 199-200).

Todo o investimento na educação do corpo procurava instituir uma nova educação moral, modificando os hábitos. A cultura, então, era defender um melhor tratamento e aprofundamento dos princípios higienistas que cruzavam o saber médico com uma dimensão moral. A ideia de corpo - máquina teve a sua influência no pensar económico – se ele é uma máquina, então produz.



Fig. 4 – Equipa de Voleibol do Asilo em 1962



Fig. 5 - Equipa de Futebol do Asilo 1962

Tal era a conceção do corpo do ponto de vista europeu. Uma máquina a ser dirigida pela mente, mas não necessariamente pela mente da própria pessoa. A dicotomia corpo / mente levou à dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual característica do mundo ocidental em que o segundo elemento é mais valorizado.

Através da revisão de literatura podemos, então, concluir que o movimento higienista surge associado às capacidades regeneradoras da criança ou jovem, mediante um conjunto de “ (...) artes que têm por fim dirigir o homem – medicina, higiene, educação e política (...) ”.(Ferreira – Deusdado, 1889: 211, citado por Rufino e al., 2003: 37). Estas práticas pedagógicas continuam a ser postas em prática ao longo do século XX,

nomeadamente, junto das crianças pertencentes às camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Tendo como base estas premissas, olhamos, mais detalhadamente, para os elementos iconográficos pertencentes ao espólio do IDSA, apresentados neste texto. Neles ilustram-se diversas atividades, desenvolvidas pelos jovens aí acolhidos. Podemos categorizá-las em dois grupos distintos. O primeiro diz respeito ao desporto, onde figura a prática de algumas modalidades no interior da instituição, nomeadamente a Ginástica, o Voleibol e o Futebol. O segundo grupo integra atividades de cariz lúdico – cultural, como o passeio dos jovens à Portagem, a realização de festas, como a que nos surge aqui registada no ano de 1942 e a atuação do Grupo Cénico Beatriz Rente. O desenvolvimento destas atividades, regista-se entre 1942 e 1978, e fundamenta o que dissemos anteriormente sobre o exercício de poder sobre os indivíduos numa instituição onde o poder circula em todos os momentos sobre os corpos e a mente dos jovens.

Ao relacionarmos o teor destas imagens com a literatura consultada, podemos interpretar o desenvolvimento destas atividades como uma metodologia de disciplinar os jovens a nível físico e moral. Subentende-se, assim, a existência de “ (...) um poder muito mobilizador e em expansão constante, suportado por práticas pedagógicas que se forma construindo e sustentando por uma discursividade crescente em recursos teóricos e científicos.” (Rufino, 2003:37). Interessa fazer algumas considerações conceptuais, referindo-as à evolução histórica do papel, das funções das instituições de Infância e Juventude na relação com a própria comunidade local.



Fig. 6 - Festa de despedida de antigos alunos que completam a maioridade 1942.

Para Pité a presença das instituições em sociedade manifesta-se por forma de “comportamentos e de pensamentos sociais ou colectivos, herdados do passado e resultantes do constrangimento a que os indivíduos estão sujeitos quando inseridos

numa sociedade historicamente determinada” (1997: 76). Esta definição é muito abrangente, levando-nos a identificar uma variedade de instituições na nossa sociedade, independentemente das suas finalidades, necessidades e interesses que servem, seja de carácter público, cooperativo, social ou privado, onde o comportamento e as relações sociais dos indivíduos, que delas fazem parte, se regem em função de valores, normas, ideologias, culturas, símbolos (por exemplo, a família, o hospital, a escola, o estado, o parlamento, o partidos políticos, entre muitas outras). Notámos que a existência de instituições deve-se à necessidade de o social se sobrepor ao individual. Durkheim, na mesma linha de pensamento, refere que as instituições têm como finalidade “(...)assegurar a objectividade da vida em sociedade, em oposição às motivações individuais”. (cit. por König, 1971: 247)



Fig. 7 - Passeio dos jovens do Internato de Santo António à Portagem 1962

Isto significa que as instituições constituem uma necessidade intrínseca da sociedade, funcionando como forma de organização e controlo social e, que todos os membros de uma sociedade reconhecem nas suas relações sociais a:

“...presença das instituições o que significa uma presença permanente da ideologia, de normas, de valores, de símbolos de classe que constriam o indivíduo ao grupo a produzir comportamentos e pensamentos tendo como referência as instituições existentes na sociedade (Pité, 1997: 77).

É nítido que as instituições de acolhimento de menores em risco, desde a década de 50 do século XX, um pouco por toda a Europa, vêm sofrendo transformações em diversos níveis e a diferentes velocidades. De uma forma generalizada, pretendem oferecer às crianças que estão acolhidas um ambiente de tipo familiar em detrimento do ambiente despersonalizado e impessoal que caracterizava as instituições de grande dimensão. As consequências evidentes destas mudanças verificam-se no encerramento de macro - instituições na maioria dos Estados na Europa Ocidental, consideradas inadequadas e estigmatizantes, sendo substituídas por instituições de tipo familiar, mais normalizadas, com uma dimensão mais reduzida – as micro - instituições.

Constatámos com base em fontes documentais e literárias que, a criança passa, então, a ser o Homem livre no seio de uma escola de massas que se tornou a regra. No entanto, relaciona-se com a vida e experiências pessoais do aluno que é levado a entender e trabalhar matérias de uma forma crítica, que se deseja cada vez mais aberta e onde a individualidade e a voz de cada um se possa fazer ouvir de uma forma diferente. Bartolomeis afirma a este respeito: "tirai à escola este carácter criador, esta atmosfera de coisas novas e interessantes (mesmo para o professor) e, em seu lugar só podereis encontrar tédio e desapontamento (...) um dever sem inspiração nem entusiasmo" (1984:159).

A motivação, a criatividade e a metacognição, quer do aluno quer do professor, as competências cognitivas e a autonomia devem ser levadas em conta na consecução do processo de ensino aprendizagem, daí a importância de repensar o papel de teorias como as de Piaget neste mesmo processo (Sprinthall s/d; Candeias, 1994:453).



Fig. 8 e Fig. 9 – Grupo Cénico Beatriz Rente (Asilo Santo António) em 1978.

É neste contexto que se pretende conferir uma maior autonomia à criança - aluno que são teorizados e estimulados dois modelos didáticos não diretivos: o do ensino pela descoberta (aprendizagem construtiva) e o do ensino por exposição (aprendizagem reconstrutiva ou significativa), com o fim de se atingirem determinados objetivos e competências ao centralizar a aula, enquanto momento de (re) descoberta, cada vez mais no aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos tempos, o conceito de criança tem vindo a sofrer grandes mudanças, que perduram até hoje, e que estão, certamente, relacionadas com as diferentes épocas em que se vive. Em Portugal, durante o século XIX e meados do século XX assistiu-se a uma preocupação pelo Estado e dos seus organismos e instituições particulares em dar resposta a diversos níveis para com a infância, com problemas de comportamento anti-

social definitivo e de abandono. Nesta sequência, em Portalegre em Junho de 1935, é proposta na Junta Geral do Distrito de Portalegre, por Manuel Fernandes de Carvalho, a criação de um Asilo para o acolhimento de crianças do sexo masculino.

Na tentativa de interpretar e definir o Internato Distrital de Santo António, concluímos que as instituições existem em todas as sociedades minimamente organizadas, por isso podemos considerar que assumem um carácter universal. Esta é uma característica que nos permite, desde já, concluir que se trata de uma componente essencial ao funcionamento de uma sociedade. Segundo Goffman (1996), todas as instituições possuem a tendência de ocupar determinada parte do tempo e do interesse dos seus participantes, assim “ (...) toda a instituição tem tendências de ‘fechamento’ (...) fechamento ou carácter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo ou por proibições à saída” (Goffman, 1996, p. 16). Assim, a característica central da instituição deste tipo é obrigar o indivíduo que dela participa, a realizar todas as actividades quotidianas (dormir, estudar, alimentar-se...) no interior dos seus domínios. Ou seja, “todos os aspectos da vida diária são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade” (Goffman, 1996, p. 17). Por isso, são classificadas por Goffman como “totais”, pois possuem carácter totalizante na vida do indivíduo, ocupando-a integralmente, o que permite chamar de “interno” o participante de tal instituição. Nestas instituições todas as actividades são realizadas na companhia imediata de um grupo grande de outras crianças, que são tratadas da mesma forma e a fazer as mesmas coisas. Esta padronização e esta rigidez disciplinar são o avesso daquilo que encontramos num ambiente familiar. Por todas estas restrições, “As instituições totais são também incompatíveis com outro elemento decisivo de nossa sociedade – a família” (Goffman, 1974).

A observação e análise dos dados iconográficos, recolhidos na instituição remete - nos para a temática do adestramento do corpo e purificação da alma. Pensar o homem de forma complexa, considerando-o um ser formado de corpo e alma (mente), é quase uma constante na nossa cultura, ora privilegiando a alma, ora o corpo. Estas posições, pensadas na filosofia e na história têm sido propagadas intensamente no Ocidente.

Por outro lado, e a partir da interpretação do devir histórico, a privação e carência ou interrupção das relações afetivas poderão constituir - se num obstáculo ao processo de

crescimento de um indivíduo. Segundo Rizzini e Altoé (1985), os principais problemas que as crianças apresentam devido à privação materna em instituição, são atrasos na área da linguagem, problemas de aprendizagem, perturbações no desenvolvimento físico e cognitivo, dificuldades em estabelecer e manter relações significativas com outras pessoas, psicopatia e diversos distúrbios psicóticos. Por outro lado, o investimento na educação do corpo procurava instituir uma nova educação moral, modificando os hábitos.

No internato de Santo António desde a sua fundação que se propunha abrigar, formar e educar os seus “*internos*” (crianças desvalidas), até aos dias de hoje passando pelos diferentes modelos aqui enunciados brevemente. A evolução histórica do conceito criança / adolescente, da transformação do sentimento de família, da escola nova enquanto período de transição na visão do aluno passivo, absorvedor de demandas adultas e de preconceitos estabelecidos para um novo olhar, a criança ativa participativa da sociedade, como “*engrenagem*” renovadora, participativa e produtiva – Homem – máquina, sentiu-se também nesta instituição, mudanças no funcionamento, interpretação e estruturação interna.

Da interpretação documental, verificámos no regulamento interno do IDSA, a preocupação pelos jovens terem direito a manter regularmente, e em condições de privacidade, contatos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações que lhe são impostas judicialmente, e receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas além de terem direito a receber dinheiro de bolso, inviolabilidade de correspondência etc. Assiste-se a uma abertura, participação e envolvimento da instituição na comunidade local, em que os jovens institucionalizados participam da vida social, não fechados na redutividade do espaço físico da instituição, mas encontrando-se a estudar nas várias escolas de Portalegre, Centro de Formação Profissional, assim como, exercendo de forma autónoma a prática de desportos do interesse de cada um dos jovens, nos clubes da cidade, usufruindo dos espaços recreativos e de lazer de acordo com a sua vontade e interesse.

Perante uma cultura cada vez mais global, os particularismos têm merecido uma especial atenção, conseqüentemente, têm surgido debates e acções que visam a valorização e defesa dos patrimónios locais. É neste sentido que propomos a criação de um núcleo museológico, no interior do Internato de Santo António, mais concretamente, nas instalações onde funcionavam as antigas oficinas. Este núcleo museológico reuniria o máximo possível de elementos para exposição e seria um espaço aberto à comunidade. Tudo o que aqui apresentamos resulta de uma determinada compreensão do passado de uma instituição em articulação com os processos evolutivos das crianças e jovens na sociedade ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberto, I. M. M. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.

Altoé, S. (1985). Os processos disciplinares nos internatos de menores. In: O menor em debate. *Rio de Janeiro: Espaço/Cadernos de Cultura USU, n° 11*.

Amâncio, L. (1994) *Masculino e Feminino – A Construção Social da Diferença*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família*. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC.

Ariés, P. (1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Éditions du Seuil, Paris.

Bartolomeis, F. (1984). *Introdução à Didáctica da Escola Activa*, Livros Horizonte, Lisboa.

Benneli, S., J. (2002). O Internato Escolar como Instituição Total: *Violência e Subjectividade. Psicologia em Estudo*, V.7, n.2, p. 19-29, Jul/Dez.

Boudon, R., Besnard, P. Cherkaoui, M. & Lécuyer, B. (1990). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Borstelmann, L. J. (1983). Children before psychology: Ideas about children from antiquity to the late 1800s. *Em P. H. Mussen (Org.), Handbook of Child Psychology, (Vol.1 pp.1-38)*. New York: John Wiley & Sons.

Canha, J., (2000). *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra.

Candeias, A. (1994). *Educar de outra forma? A escola nº 1 de Lisboa 1905-1930*. Instituto de Inovação educacional, Lisboa.

Descartes, R. (1999 [1628]) *Regras para a Orientação do Espírito*. [Trad. Maria E. Galvão] São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1980). *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Goffman, (1974). Erving. *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Henriques, Helder M. G. (2008), *O professor do ensino liceal: Portalegre (1851 – 1963)*, Coimbra: Palimage.

Koning, R. (1971), *Sociología de la Comunidad Local*, Madrid, Fundación FOESSA.

Lopes, M. (2004). Crianças e Jovens em Risco nos séculos XVIII e XIX: O Caso Português no Contexto Europeu, in Crianças e jovens em Risco. *Da Investigação à Intervenção*, Silva M. H. D. e al, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Almedina, p.37-63.

Luísa F. L. S. (1981). *Roteiro e subsídios para a história da cidade de Portalegre*. Orbis Edições Ilustradas, LDA.

Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto

Martins, E.; C.(s/d) *As Reformas Sociais e a Protecção da Criança Marginalizada (Estudo Histórico do século XIX a meados do século XX)*.

Pité, J. (1997). *Dicionário Breve de Sociologia*. Editorial Presença.

Rufino, C.; Lima, A. L. G.; Rodrigues, F. S. (2003) *Para uma História da Reeducação e Assistência a Menores em Portugal e no Brasil dos Séculos XIX e XX: Discursos e Instituições*. Educa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa

Sá, E. (1998). Deslumbramento e bom-senso : pequeno ensaio sobre a história e os direitos da criança e da família / Eduardo Sá In: *Análise psicológica*. - ISSN 0870-8231. - Série 16, n.º 1 (Jan./Mar. 1998).

Salgueiro, E., (1991). Evolução Histórica das Estruturas Sociais de Apoio à Criança violência individual, violência familiar e violência institucional. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 2, 27 – 42

Sprinthal, N. A. e R. C. Sprinthal (s/d). *Psicologia Educacional*, MacGraw-Hill, Lisboa.

Vigarello, G. (1985). *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Trad. Isabel At. Aubyn. 1. ed. Lisboa: Fragmentos, 210 p.

Fontes Documentais:

Regulamento Interno Internato de Santo António (IDSA).

Iconografia existente no Espólio do Internato de Santo António.

Imprensa Local.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

José Alberto Gomes

psialberto@gmail.com

Psicólogo do LIJ de Santo António.

Mestrando IPPortalegre – ESEP.

Licenciado em Psicologia Aplicada, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Pós-graduado em Psicologia do Desenvolvimento em Contextos de Risco, pela Universidade de Évora.

Paula Cristina Patacas

paulapatacas@hotmail.com

Animadora Sociocultural do LIJ de Nossa Sr^a da Conceição.

Mestranda IPPortalegre – ESEP.

Licenciada em Animação Sociocultural, pela Escola Superior de Educação de Portalegre. Instituto Politécnico de Portalegre

Helder Henriques

henriqueshelder@gmail.com

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.